

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 30/05 a 01/06

No Plenário do Senado de terça-feira (30), consta o PLP 41/2019, que define mecanismos de avaliação e revisão dos incentivos fiscais concedidos a empresas pela União. Outros itens da pauta são o PL 2260/2019, que institui 12 de novembro como o Dia Nacional da Pessoa com Surdocegueira; e o PL 776/2019, que altera a Lei nº 9.250, de 1995, para permitir a dedução das doações a projeto de pesquisa científica e tecnológica executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT), ou por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

A sessão de quarta (31) está destinada à apreciação de autoridades sabatinadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; à apreciação da Medida Provisória nº 1.154, de 2023, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; e o PL 1853/2023, que altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), para incluir o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação entre as infrações ético-disciplinares, no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Resultado: O Senado aprovou nesta quinta-feira (1º) — último dia de vigência — a MP 1.154/2023, que reestrutura os ministérios. A matéria havia sido votada pela Câmara dos Deputados horas antes, na noite de quarta-feira (31). O texto foi aprovado com 51 votos a favor, 19 contra e uma abstenção. A MP 1.154/2023 mantém as 37 pastas definidas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na proposição original, mas muda atribuições de algumas delas. A matéria segue para sanção presidencial.

Também foi aprovada a MP 1164/2023, que retoma o programa Bolsa Família e extingue o Auxílio Brasil. O valor mínimo de R\$ 600 por família fica garantido e. Família com crianças de

zero a seis anos receberá mais R\$ 150 por criança. O adicional, chamado Benefício Primeira Infância, é o único valor de vigência imediata, que pode ser pago desde a edição da MP, em 2 de março. O relatório incorpora ainda a medida provisória que concedeu um complemento aos beneficiários do programa Auxílio Gás dos Brasileiros. O texto segue agora para sanção presidencial.

O Senado aprovou o projeto de lei que torna obrigatória a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens para trabalho de igual valor ou no exercício da mesma função. O texto aprovado determina que o governo federal terá que regulamentar a futura lei por meio de decreto. O PL 1.085/2023 segue para sanção.

Foi publicada nesta quinta-feira (1º), em edição extra do Diário Oficial da União, a indicação do advogado Cristiano Zanin para uma vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). O indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, se for aprovado pelo Senado, ocupará a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Ricardo Lewandowski. A mensagem presidencial com a indicação, será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde Zanin será sabatinado e terá o nome submetido a votação. Depois, a indicação ainda precisa ser analisada no Plenário.

**Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) –
31/05 – 09h – Plenário 19**

Audiência pública para instruir o PL 2159/2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências. Foram convidados, entre outros:

- Leonardo Papp, Assessor Jurídico da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB;
- Werner Grau Neto, Mestre em Direito Internacional Ambiental pela USP;
- João Paulo Capobianco, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA);

- Representante da Abema - Associação Bras. de Entidades Estaduais de Meio Ambiente
- Confederação Nacional da Indústria - CNI;
- Pesquisadora do Imazon – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Pará).

Resultado: Realizada.

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - 31/05 - 10h - Plenário 03

ITEM 8 - PL 1496/2021, que altera o art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre a identificação do perfil genético de condenados.

O relator, Senador Sérgio Moro, apresentou parecer pela aprovação do Projeto na forma de substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 30/05 a 01/06

A Câmara dos Deputados pode votar na próxima semana o marco temporal de demarcação de terras indígenas (PL 490/07) e a medida provisória que trata da estrutura do governo Lula (MP 1154/23). A pauta oficial do Plenário ainda não foi divulgada, mas o presidente da Câmara, Arthur Lira, já anunciou que a análise do marco temporal deve ocorrer na terça-feira (30).

Outras matérias poderão ser debatidas mediante acordo de líderes

Resultado: A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (30) o projeto de lei sobre o marco temporal da ocupação de terras por povos indígenas (PL 490/07). O projeto restringe a demarcação de terras indígenas àquelas já tradicionalmente ocupadas por esses povos em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da nova Constituição federal. A matéria já foi encaminhada ao Senado Federal, onde tramitará como PL 2.903/2023.

O PL foi aprovado na forma de um substitutivo do relator, deputado Arthur Oliveira Maia (União-BA). Segundo o texto, para serem consideradas terras ocupadas tradicionalmente,

deverá ser comprovado objetivamente que elas, na data de promulgação da Constituição, eram ao mesmo tempo habitadas em caráter permanente, usadas para atividades produtivas e necessárias à preservação dos recursos ambientais e à reprodução física e cultural. Para acessar a redação final, [clique aqui](#).

A Câmara dos Deputados aprovou, na madrugada desta quinta-feira (1º), a medida provisória que reestrutura os ministérios do Poder Executivo. A MP 1154/23 foi também votada na quinta pelo Senado. A MP fixa o número de ministérios em 31, além de 6 órgãos com status de ministério, em um total de 37 ministros.

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (1º) projeto de lei que garante o retorno das pessoas retiradas aos locais onde ocorreram desastres ou de onde foram removidas em razão de risco iminente. A proposta será enviada ao Senado.